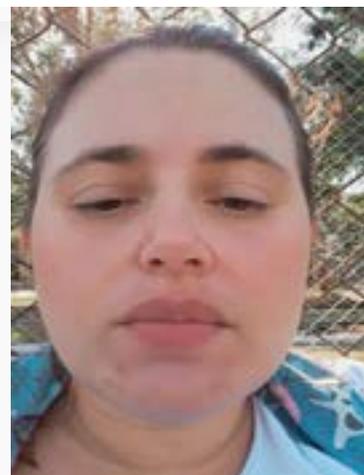


# AFRICANIDADE BRASILEIRA E A EDUCAÇÃO



## NATÁLIA APARECIDA DE ALENCAR HENRIQUES

Graduação em Pedagogia pela Faculdade Santa Izildinha (2014); Professora de Educação Infantil na CEI Jardim Tietê; Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental na EMEI Jesuína Nunes Barbosa.

### RESUMO

Este artigo aborda a inclusão da história e cultura africana nos currículos escolares brasileiros, destacando a importância das políticas públicas de educação étnico-racial para a promoção da africanidade. O objetivo geral é analisar a influência dessas políticas e propor estratégias para uma integração efetiva e contínua da africanidade na educação brasileira. A valorização da contribuição africana na formação da identidade brasileira é essencial para a construção de uma educação inclusiva e pluralista. A Lei 10.639/2003, que torna obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares, representa um marco importante, mas sua implementação ainda enfrenta desafios significativos. Esta pesquisa trouxe como objetivo geral a análise da influência da africanidade na educação brasileira, identificando suas manifestações e impactos no contexto escolar, e propor diretrizes para a integração efetiva dessa herança cultural nos currículos escolares. Foi adotado uma abordagem qualitativa, utilizando revisão bibliográfica, análise de materiais didáticos e entrevistas com educadores e alunos. Os resultados mostraram a necessidade de uma abordagem transversal e a participação ativa das comunidades afro-brasileiras na elaboração e implementação dos conteúdos curriculares. Concluiu-se que para que a inclusão da história e cultura africana nos currículos escolares seja efetiva, é essencial adotar estratégias como a formação continuada de educadores, a revisão dos materiais didáticos, a integração transversal dos conteúdos e o comprometimento das políticas públicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação étnico-racial; Africanidade; Currículo escolar.

## INTRODUÇÃO

A africanidade brasileira e a educação são temas profundamente entrelaçados com a história, cultura e identidade do Brasil. Este artigo busca explorar essa intersecção, investigando como a africanidade se manifesta e é promovida no ambiente educacional brasileiro. A compreensão e valorização da contribuição africana na formação da sociedade brasileira são essenciais para a construção de um currículo mais inclusivo e representativo, que respeite e celebre a diversidade cultural do país.

O objetivo geral deste estudo é analisar a influência da africanidade na educação brasileira, identificando suas manifestações e impactos no contexto escolar e propondo diretrizes para a integração efetiva dessa herança cultural nos currículos escolares. Os objetivos específicos visam investigar como a africanidade é representada nos materiais didáticos utilizados nas escolas brasileiras, analisar as políticas públicas voltadas para a educação étnico-racial e sua eficácia na promoção da africanidade e descrever quais estratégias são essenciais para a inclusão da história e cultura africana nos currículos escolares de forma significativa e contínua.

A relevância deste estudo reside na necessidade de reconhecer e valorizar a contribuição africana na formação da identidade brasileira. Historicamente, a cultura africana foi subvalorizada no cenário educacional, resultando em uma visão distorcida e incompleta da história no Brasil. Ao abordar essa lacuna, este estudo pretende contribuir para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária, onde todas as culturas que compõem o tecido social brasileiro sejam devidamente reconhecidas e respeitadas. A integração da africanidade no currículo escolar não só enriquece o conhecimento dos alunos, mas também promove o respeito à diversidade e combate ao racismo estrutural presente na sociedade.

O problema central que este artigo busca abordar: de que forma a africanidade é incorporada no sistema educacional brasileiro e quais são os desafios e oportunidades para sua integração plena e efetiva? A investigação deste problema permitirá identificar as barreiras e propor soluções práticas para a promoção de uma educação que reflita a diversidade cultural do Brasil.

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, utilizando revisão bibliográfica, análise de materiais didáticos e entrevistas com educadores e alunos para compreender a presença e a percepção da africanidade na educação brasileira. A partir dessa análise, pretende-se compreender sobre as políticas educacionais e práticas pedagógicas que promovam a inclusão efetiva da história e cultura africana no ambiente escolar, contribuindo para uma educação mais inclusiva e representativa.

## A REPRESENTAÇÃO DA AFRICANIDADE NOS MATERIAIS DIDÁTICOS DAS ESCOLAS BRASILEIRAS

De acordo com Garrido (2017) a questão da representação da africanidade nos materiais didáticos é decisiva para garantir que a educação formal no Brasil seja inclusiva e diversificada.

Dado que a própria formação histórica e cultural do Brasil sempre foi influenciada pelo continente africano, a diversidade deve ser refletida nos recursos e materiais usados nas escolas. No entanto, a presença da africanidade não é apenas insuficiente em muitos casos: muitas vezes são representadas de maneira falsa.

A maioria dos livros didáticos fornece uma perspectiva eurocêntrica da história, relegando as contribuições africanas a um papel menor. As culturas africanas são frequentemente estereotipadas e apresentadas superficialmente ou sob uma perspectiva restritiva, como estão restritas à era da escravidão. Tal abordagem não apenas minimiza uma participação sucinta de rica herança africana cultural (Silva, 2018).

Uma tentativa de corrigir esta distorção foi a Lei 10.639/2003, que tornou obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira em currículos escolares. A implementação da lei enfrenta, no entanto, vários desafios. Muitos materiais didáticos trabalham com a africanidade num sentido modular, sem integrá-la organicamente à narrativa geral. Além disso, os professores raramente têm uma formação adequada na área e, por conseguinte, podem não se sentir suficientemente equipados para abordar o tópico adequadamente (Santos, 2016).

Dessa forma, a africanidade é frequentemente representada em materiais didáticos através de figuras históricas específicas, Zumbi dos Palmares, por exemplo, ou em capítulos específicos sobre a escravidão. Embora ambos tenham seu lugar, nenhum deles é suficiente para capturar a complexidade e a riqueza da experiência africana, conforme explica o autor.

Segundo Nascimento (2019) as diversas ações editoriais recentes que tentam incorporar as visões africanas de maneira mais intensa e dinâmica são um exemplo encorajador. Avanço significativo na direção correta está representado por manuais escolares que abordam a literatura afro-brasileira, as contribuições científicas dos afrodescendentes e as manifestações culturais africanas, como a capoeira e o candomblé.

Esforços conjuntos entre governos, editores, educadores e sociedade civil são imprescindíveis para alcançar uma representação genuinamente africana nos materiais escolares. A transformação da realidade educacional brasileira requer políticas públicas mais eficientes, programas de capacitação contínua de educadores e a produção de materiais didáticos de qualidade (Gomes, 2018).

A representação da africanidade nos materiais didáticos das escolas brasileiras ainda é insuficiente e, muitas vezes, inadequada. Embora haja avanços importantes, como a Lei 10.639/2003, ainda há um longo caminho a percorrer para que os recursos educacionais reflitam de maneira justa e completa a contribuição africana na formação do Brasil. Uma abordagem mais integrada e transversal, juntamente com a formação adequada dos educadores e a participação das comunidades afro-brasileiras, é crucial para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva e pluralista (Jesus, 2015).

## **POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL E SUA EFICÁCIA NA PROMOÇÃO DA AFRICANIDADE**

A educação étnico-racial no Brasil tem sido um tema central nas discussões sobre inclusão e justiça social, especialmente devido à histórica marginalização das contribuições africanas na formação da identidade nacional. As políticas públicas voltadas para essa área visam corrigir desigualdades históricas, promover a valorização da diversidade cultural e combater o racismo estrutural (Gallo, 2017).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que estabelece as diretrizes essenciais para a educação básica no Brasil, visando garantir equidade e qualidade na formação dos estudantes em todo o país. No contexto da educação étnico-racial, a BNCC desempenha um papel crucial ao incorporar princípios que promovem a valorização da diversidade cultural e o combate ao racismo. A inclusão de conteúdos que abordam a história e cultura afro-brasileira e indígena é uma resposta às exigências da Lei 10.639/2003, que tornou obrigatória a inserção desses temas nos currículos escolares (Silva; Silva, 2021).

A BNCC orienta as escolas a tratarem a história e cultura africana de maneira transversal, integrando esses conteúdos em diversas áreas do conhecimento, como história, literatura, artes e ciências sociais. Essa abordagem busca não apenas reconhecer a importância da contribuição africana na formação da identidade brasileira, mas também fomentar o respeito e a valorização da diversidade étnico-racial entre os estudantes (Cardoso et al., 2019).

A Lei 10.639/2003 representa um marco importante na trajetória das políticas públicas de educação étnico-racial no Brasil. Esta lei tornou obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira nos currículos das escolas de ensino fundamental e médio. Além disso, a legislação preconiza a valorização da contribuição africana para a formação da sociedade brasileira, buscando transformar o ambiente escolar em um espaço de respeito e reconhecimento da diversidade (Carlos et al., 2019).

Desde a promulgação da lei, houve progressos significativos. Diversas escolas passaram a incorporar conteúdos relacionados à africanidade em seus currículos, utilizando materiais didáticos mais inclusivos e promovendo atividades culturais que ressaltam a importância da herança africana. A lei também incentivou a formação de professores e gestores educacionais para que possam abordar a temática étnico-racial com competência e sensibilidade (Gallo, 2017).

No entanto, apesar desses avanços, a implementação das políticas públicas enfrenta inúmeros desafios. Um dos principais obstáculos é a falta de formação adequada dos professores. Muitos educadores ainda se sentem despreparados para abordar questões étnico-raciais de maneira eficaz e, em alguns casos, podem reproduzir estereótipos e preconceitos em sala de aula. Além disso, a resistência de alguns setores da sociedade e a insuficiência de recursos destinados à formação continuada dos professores limitam o alcance das políticas (Silva; Silva, 2021).

Outro desafio significativo é a superficialidade com que a africanidade é frequentemente tratada nos materiais didáticos e nas práticas pedagógicas. Muitas vezes, a história e cultura africana

são abordadas de forma fragmentada, restrita a períodos específicos como a escravidão, sem um reconhecimento profundo da diversidade e riqueza das culturas africanas. Isso pode levar a uma visão distorcida e simplificada da contribuição africana para a sociedade brasileira, perpetuando preconceitos e estigmas (Cardoso et al., 2019).

Para que as políticas públicas de educação étnico-racial sejam verdadeiramente eficazes na promoção da africanidade, é crucial que a abordagem seja mais holística e integrada. Isso envolve a revisão e atualização dos materiais didáticos, garantindo que a história e a cultura africana sejam apresentadas de maneira contextualizada e abrangente. Além disso, é essencial investir na formação contínua dos educadores, proporcionando-lhes não apenas o conhecimento necessário, mas também as ferramentas pedagógicas para tratar de questões étnico-raciais de forma crítica e reflexiva (Dias, 2015).

A participação ativa das comunidades afro-brasileiras na elaboração e implementação dessas políticas é outro fator fundamental. As experiências e perspectivas dessas comunidades podem enriquecer o conteúdo educacional, tornando-o mais autêntico e representativo. Além disso, a criação de espaços de diálogo entre educadores, estudantes e representantes das comunidades afro-brasileiras pode fortalecer o compromisso com a promoção da diversidade e o combate ao racismo (Pinto et al., 2023).

Ademais, o autor citado acima aponta que é necessário um acompanhamento rigoroso da implementação das políticas públicas, com mecanismos de avaliação contínua e ajustes conforme necessário. Isso inclui a análise dos impactos das políticas nas percepções e atitudes dos estudantes em relação à africanidade, bem como na redução das desigualdades raciais no ambiente escolar.

A integração da africanidade no currículo escolar não deve ser vista apenas como uma obrigação legal, mas como uma oportunidade de enriquecer a formação dos estudantes e promover uma sociedade mais justa e igualitária. As políticas públicas de educação étnico-racial, quando bem implementadas, têm o potencial de transformar o ambiente escolar em um espaço de valorização da diversidade, respeito mútuo e empoderamento de todas as identidades culturais (Gomes; Silva; Brito, 2021).

As políticas públicas voltadas para a educação étnico-racial no Brasil têm desempenhado um papel muito importante na promoção da africanidade, mas ainda enfrentam desafios significativos para alcançar sua plena eficácia. A continuidade e o aprimoramento dessas políticas, aliados a um compromisso firme com a formação dos educadores e a participação ativa das comunidades afro-brasileiras, são essenciais para a construção de uma educação inclusiva que verdadeiramente reflita a diversidade e a riqueza cultural do país (Ribeiro, 2014).

## **ESTRATÉGIAS ESSENCIAIS PARA A INCLUSÃO SIGNIFICATIVA E CONTÍNUA DA HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA NOS CURRÍCULOS ESCOLARES**

A inclusão da história e cultura africana nos currículos escolares é fundamental para a cons-

trução de uma educação que respeite e valorize a diversidade cultural do Brasil. Embora já existam políticas públicas voltadas para essa finalidade, como a Lei 10.639/2003, a implementação efetiva ainda enfrenta diversos desafios. Para garantir que a história e a cultura africana sejam integradas de forma significativa e contínua, algumas estratégias essenciais devem ser adotadas (Silva, 2018).

A formação contínua dos professores é categórica para a inclusão eficaz da história e cultura africana nos currículos escolares. Os educadores precisam estar bem-preparados para abordar esses temas com profundidade e sensibilidade. Programas de formação continuada devem ser implementados, oferecendo cursos, workshops e materiais de apoio que ajudem os professores a desenvolverem um entendimento abrangente da história africana e suas contribuições para a sociedade brasileira. Essa formação deve ser tanto teórica quanto prática, incluindo metodologias pedagógicas que promovam a reflexão crítica e o engajamento dos alunos (Muller; Santos, 2014).

Os materiais didáticos desempenham um papel central na educação. É essencial revisar e atualizar os livros e outros recursos pedagógicos para garantir que apresentem a história e a cultura africana de maneira adequada e abrangente. Os materiais devem evitar estereótipos e simplificações, oferecendo uma visão completa e respeitosa das diversas culturas africanas e sua influência na formação do Brasil. Além disso, é importante incluir recursos multimídia e interativos que tornem o aprendizado mais envolvente e acessível para os alunos (Oliveira, 2023).

A história e a cultura africana não devem ser tratadas apenas em disciplinas específicas, como História ou Sociologia. Para uma inclusão significativa, é necessário adotar uma abordagem transversal, integrando esses conteúdos em diversas áreas do conhecimento. Por exemplo, em aulas de Literatura, os alunos podem estudar obras de autores afro-brasileiros; em Artes, podem explorar manifestações culturais africanas; em Ciências, podem aprender sobre as contribuições científicas de afrodescendentes. Essa integração transversal ajuda a contextualizar a influência africana em diferentes aspectos da sociedade e promove uma compreensão mais holística (Pacheco; Neris, 2023).

A participação ativa das comunidades afro-brasileiras na elaboração e implementação dos currículos é fundamental. Essas comunidades possuem um conhecimento profundo e autêntico sobre a cultura e a história africana, que pode enriquecer significativamente o conteúdo educacional. A criação de parcerias entre escolas e organizações comunitárias pode facilitar a realização de atividades extracurriculares, como palestras, exposições e eventos culturais, que complementem o currículo formal e envolvam os alunos de maneira prática e inspiradora (Rodrigues, 2018).

Para que as estratégias mencionadas sejam eficazes, é necessário um comprometimento claro das autoridades governamentais com a implementação de políticas públicas que promovam a inclusão da história e cultura africana nos currículos escolares. Isso inclui a destinação de recursos financeiros adequados para a formação de professores, a produção de materiais didáticos de qualidade e o apoio a iniciativas comunitárias. Além disso, é importante estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação contínua para assegurar que as políticas estejam sendo efetivamente implementadas e para ajustar as estratégias conforme necessário (Muller; Santos, 2014).

A sensibilização e o envolvimento de toda a comunidade escolar, incluindo alunos, pais, pro-

fessores e gestores, são essenciais para o sucesso da inclusão da história e cultura africana nos currículos. Campanhas de conscientização, debates e projetos escolares podem ajudar a criar um ambiente de respeito e valorização da diversidade cultural. É importante que todos os membros da comunidade escolar compreendam a importância dessa inclusão e se comprometam com sua promoção (Oliveira, 2023).

A inclusão da história e cultura africana nos currículos escolares de forma significativa e contínua exige um esforço conjunto e coordenado. Formação contínua de educadores, revisão de materiais didáticos, integração transversal nos currículos, participação ativa das comunidades afro-brasileiras, políticas públicas eficazes e sensibilização da comunidade escolar são estratégias essenciais para alcançar esse objetivo. Ao adotar essas abordagens, podemos construir uma educação mais inclusiva e justa, que valorize a diversidade cultural e contribua para a formação de uma sociedade mais equitativa e consciente (Pacheco; Neris, 2023).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A inclusão da história e cultura africana nos currículos escolares brasileiros é uma questão de justiça histórica e social que visa reconhecer e valorizar a contribuição africana na formação da identidade nacional. Ao longo deste artigo, abordamos a importância das políticas públicas de educação étnico-racial, a representação da africanidade nos materiais didáticos e as estratégias necessárias para uma inclusão significativa e contínua desses conteúdos nas escolas.

A Lei 10.639/2003 foi fundamental para a promoção da educação étnico-racial no Brasil, mas sua implementação ainda enfrenta desafios significativos, como a falta de formação adequada dos professores e a superficialidade nos materiais didáticos. A análise dos materiais revela que a africanidade ainda é frequentemente representada de maneira estereotipada e fragmentada, o que perpetua preconceitos e limita a compreensão profunda das contribuições africanas.

Para que a inclusão da história e cultura africana seja efetiva, é essencial adotar uma abordagem holística e integrada. A formação continuada de educadores é fundamental para prepará-los a abordar esses temas com competência e sensibilidade. A revisão e atualização dos materiais didáticos devem garantir representações completas e respeitadas da diversidade cultural africana. A abordagem transversal nos currículos, a participação ativa das comunidades afro-brasileiras e o comprometimento das autoridades governamentais com políticas públicas eficazes são estratégias essenciais para alcançar esse objetivo.

A promoção da africanidade no ambiente educacional não deve ser vista apenas como uma obrigação legal, mas como uma oportunidade para enriquecer a formação dos alunos e promover uma sociedade mais justa e igualitária. As políticas públicas de educação étnico-racial, quando bem implementadas, têm o potencial de transformar o ambiente escolar em um espaço de valorização da diversidade, respeito mútuo e empoderamento de todas as identidades culturais.

A inclusão da história e cultura africana nos currículos escolares brasileiros é uma empreitada complexa, mas indispensável para a construção de uma educação inclusiva e representativa.

As estratégias delineadas neste artigo oferecem um caminho para superar os desafios existentes e promover uma educação que celebre a diversidade cultural e contribua para a formação de uma sociedade mais equitativa e consciente. O compromisso coletivo com esses objetivos é essencial para transformar o ambiente educacional e, por extensão, a sociedade brasileira como um todo.

## REFERÊNCIAS

CARDOSO, Lívia de Rezende et al. **Gênero em políticas públicas de educação e currículo: do direito às invenções**. Revista e-curriculum, v. 17, n. 4, p. 1458-1479, 2019.

CARLOS, Mayara Cazadini et al. **Educação Étnico-Racial sob a Perspectiva da Transversalidade**. Revista Brasileira de Educação e Cultura| RBEC| ISSN 2237-3098, n. 20, p. 71-83, 2019.

DIAS, Lucimar Rosa. **Políticas públicas de promoção da igualdade racial na educação infantil, existe?** Interfaces da Educação, v. 5, n. 14, p. 23-46, 2015.

GALLO, Sílvio. **Políticas da diferença e políticas públicas em educação no Brasil**. Educação e Filosofia, v. 31, n. 63, p. 1497-1523, 2017.

GARRIDO, Mírian C. M. **“Escravo, africano, negro e afrodescendente: a representação do negro no contexto pós-abolição e o mercado de materiais didáticos (1997-2012).”** São Paulo: Alameda, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **O negro no ensino de história: Leis, políticas públicas e produção de materiais didáticos**. 2018. 240 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2018.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da; BRITO, José Eustáquio de. **Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios**. Educação & Sociedade, v. 42, p. e258226, 2021.

JESUS, Carlos Alberto Gomes de. **A África e seus descendentes na perspectiva dos livros didáticos de história**. 2015. 480 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2015.

MÜLLER, T. M. Pedroso e SANTOS, Jorge L. R. dos. **A presença/ausência da História e Cultura negra na escola**; In: MÜLLER, Tânia Mara Pedroso e COELHO, Wilma de N. Baía. *Relações étnico-raciais e diversidade*. Niterói: Editora da UFF, Alternativa, 2014.

NASCIMENTO, Eliane Cristina Pereira do. **A representação da mulher negra nos livros didáticos de história do Brasil: um estudo interseccional**. 2019. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2019.

OLIVEIRA, Geiseli R. de. **Feminismos Negros e suas possibilidades formativas e educativas na Educação Básica: Propostas de atividades [livro eletrônico]** / Geiseli Rita de Oliveira; Silvani dos Santos Valentim (organizadoras). São Paulo: Editora Na Raiz, 2023.

PACHECO, Nando Marley L, NERIS Cidinalva S. C. **Possibilidades da efetivação da lei 10.639 na educação básica através da capoeira**. São Paulo: Editora Na Raiz, 2023

PINTO, Anaylle Queiroz et al. **A formação docente voltada à diversidade étnico-racial nos Planos Nacional e Estadual de educação do Amazonas: impasses e perspectivas**. *Perspectiva*, v. 41, n. 3, 2023.

RIBEIRO, Matilde. **Políticas de promoção da igualdade racial: impulso às ações afirmativas e à educação étnico-racial**. *Revista Pedagógica*, v. 16, n. 33, p. 109-126, 2014.

RODRIGUES, Josiani V. da Silva. **História e cultura Afro-Brasileira sob a Perspectiva de um Planejamento Interdisciplinar**. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Pedagogia ao Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior (INFES), da Universidade Federal Fluminense (UFF). 2018.

SANTOS, Joelza dos Guimarães. **A representação da cultura afro-brasileira nos livros didáticos de língua portuguesa: uma análise crítica**. 2016. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, 2016.

SILVA, Assis Leão; SILVA, Clesivaldo. **A Base Nacional Comum Curricular e a Educação Étnico-Racial na promoção de uma educação antirracista**. Revista eletrônica Pesquiseduca, v. 13, n. 30, p. 553-570, 2021.

SILVA, Maria Aparecida Moura da. **A África na escola: um estudo crítico dos livros didáticos de história da 6ª à 8ª série do ensino fundamental**. 2018. 216 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, 2018.

SILVA, Thaysa. **UM Estudo Acerca Das Estratégias Educativas Usadas Pela Escola Professor Luiz Alberto De Melo Para A Visibilização Da Cultura Afrodescendente**. Revista Eletrônica Direito e Conhecimento, v. 1, n. 3, 2018.